



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA SUPERIOR DE PÓS-GRADUAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 05/2011

Aprova a criação e o Regulamento do Curso de Pós-Graduação em Política e Gestão Pública, na modalidade *Lato Sensu*, em nível de Especialização, do Centro de Humanidades da UFCG.

A Câmara Superior de Pós-Graduação do Conselho Universitário da Universidade Federal de Campina Grande, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais;

Considerando as peças constantes no Processo no 23096.041454/10-76;

À vista das deliberações do plenário, em reunião ordinária realizada no dia 08 de novembro de 2011,

R E S O L V E:

Art. 1º Criar o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, Política e Gestão Pública, na modalidade *Lato Sensu*, em nível de Especialização, com duas áreas de concentração, a saber: área I – Gestão Pública e Políticas Públicas e área II – Democracia e Sociedade Civil.

Art. 2º O Regulamento e a Estrutura Curricular do Curso passam a fazer parte da presente Resolução na forma dos Anexos I e II.

Art. 3º O Curso, estruturado de acordo com o que determinam as Resoluções Nº 01/07 da Câmara de Educação Superior – CES, do Conselho Nacional de Educação – CNE, e nº 03 e 16/2006 da CSPG, é de natureza interdisciplinar e será ofertado na modalidade presencial.

Art. 4º A carga horária total do Curso é de 450 horas de aula, distribuídas em quatro módulos, da forma explicitada no Anexo I desta Resolução.

Art. 5º O Curso, a ser ministrado pela Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, do Centro de Humanidades da UFCG, está previsto para se realizar, de forma ininterrupta, em 12 meses.

Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Superior de Pós-Graduação do Conselho Universitário da Universidade Federal de Campina Grande, em Campina Grande, 22 de novembro de 2011.

RÔMULO FEITOSA NAVARRO
Presidente



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA SUPERIOR DE PÓS-GRADUAÇÃO**

(ANEXO I À RESOLUÇÃO Nº 05/2011)

**REGULAMENTO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU, EM NÍVEL DE
ESPECIALIZAÇÃO, EM POLÍTICA E GESTÃO PÚBLICA, DO CENTRO DE
HUMANIDADES DA UFCG**

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Política e Gestão Pública, em nível de Especialização, doravante também denominado Curso de Especialização em Política e Gestão Pública, nos termos do Regimento Geral dos Programas de Pós-Graduação *Lato Sensu*, está estruturado segundo as normas constantes da Resolução nº 01/07 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação e das Resoluções nº 03/06 e 16/06 da Câmara Superior de Pós-Graduação da UFCG.

Art. 2º O Curso será promovido pela Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Humanidades da UFCG e será ministrado por docentes de vários Departamentos e Centros da UFCG, assim como por professores e conferencistas convidados de outras Universidades.

**CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

Art. 3º O Curso de Especialização em Política e Gestão Pública terá os seguintes órgãos:

I – Coordenação;

II – Colegiado;

III – Secretaria.

**Seção I
Da Coordenação do Curso**

Art. 4º A Coordenação é o órgão executivo do Colegiado do Curso e será exercida pelo Coordenador e Vice-Coordenador designados pelo Diretor do Centro de Humanidades – CH, após eleitos pelo quadro docente do curso, e cumprirá uma gestão de dois anos, podendo haver recondução por igual período.

Art. 5º Caberá ao Coordenador promover as medidas necessárias à constituição do Colegiado.

Art. 6º Além das atribuições constantes do Regimento Geral da UFCG compete ao Coordenador do Curso:

I – acompanhar o processo de seleção dos candidatos e exercer a coordenação da matrícula no âmbito do Curso;

II – convocar as reuniões de Colegiado e exercer a sua presidência, cabendo-lhe o direito de voto, inclusive o de qualidade;

III – representar o Colegiado do Curso perante os órgãos da Universidade;

IV – executar e fazer cumprir as deliberações do Colegiado do Curso;

V – promover, em comum acordo com a Diretoria do CH e com a Administração Superior, convênios e entendimentos com instituições nacionais e estrangeiras, visando à obtenção de recursos para dinamizar as atividades do Curso;

VI – solicitar à Direção do CH a aquisição do material necessário à realização das atividades do Curso;

VII – acompanhar e avaliar a execução curricular e submeter ao Colegiado do Curso os processos de adaptação curricular;

VIII – organizar e promover, em integração com os Departamentos, estágios, seminários, encontros e outras atividades afins, previstas na organização curricular;

IX – elaborar, após a conclusão do Curso, no prazo máximo de 90 dias, o relatório das atividades realizadas e encaminhá-lo à Unidade Acadêmica, ao Conselho do CH e à Pró-Reitoria de Pós-Graduação – PRPG, a quem compete a expedição de certificados.

Parágrafo único. O Coordenador será substituído pelo Vice-Coordenador, quando se fizer necessário.

Seção II Do Colegiado do Curso

Art. 7º O Colegiado é o órgão deliberativo do Curso, sendo constituído:

I – do Coordenador, como seu Presidente e pelo Vice-Coordenador, como seu Vice-Presidente;

II – de um professor de cada Unidade Acadêmica que participe do Curso;

III – de um representante do corpo discente, escolhido por seus pares;

Art. 8º O Colegiado do Curso definirá a periodicidade de suas reuniões, que serão realizadas com a presença da maioria de seus integrantes.

Parágrafo único. As deliberações do Colegiado do Curso serão tomadas por maioria dos votos dos membros presentes.

Art. 9º Além das constantes no Regimento Geral da UFCG, são atribuições do Colegiado do Curso:

I – aprovar, com base na legislação pertinente, as indicações de professores, feitas pelo Coordenador do Curso, para, em comissão ou isoladamente, realizarem atividades referentes à seleção de candidatos e à orientação acadêmica;

II – homologar as decisões da Comissão de Seleção e de outras comissões constituídas pelo Colegiado;

III – propor modificações no Regulamento do Curso, obedecidas as normas vigentes da UFCG quanto à tramitação da proposta;

IV – decidir sobre desligamento de alunos do Curso;

V – aprovar a prestação de contas e o relatório final do Curso, apresentados pela Coordenação.

Seção III Da Secretaria do Curso

Art. 10. São atribuições da Secretaria:

I – dar apoio administrativo ao funcionamento do Curso, incumbindo-se das funções burocráticas e de controle acadêmico;

II – instruir os requerimentos de inscrição dos candidatos o Curso, bem como os requerimentos de matrícula dos alunos;

III – manter em arquivo os documentos de inscrição dos candidatos e de matrícula dos alunos;

IV – manter em arquivo os diários de classe, os Trabalhos Finais e toda a documentação de interesse do Curso;

V – manter atualizado o cadastro do corpo docente e do discente;

VI – secretariar as reuniões do Colegiado e as sessões de defesa dos Trabalhos Finais;

VII – assumir outras incumbências necessárias ao bom funcionamento da administração do curso, definidas pelo Coordenador.

CAPÍTULO III DA ADMISSÃO

Seção I Da Inscrição

Art. 11. Para a inscrição dos candidatos ao Curso de Especialização em Política e Gestão Pública, exigir-se-ão:

I – apresentação do Diploma de Curso de Graduação (Licenciatura Plena e ou Bacharelado) legalmente reconhecido pelo MEC;

II – apresentação de *Curriculum Vitae* em plataforma Lattes comprovado, incluindo o Histórico Escolar;

III – carta de intenção (proposta de pesquisa);

IV – formulário de inscrição preenchido;

V – uma foto 3 x 4;

VI – cópia do Registro de Identidade.

Parágrafo único: Os candidatos vinculados a órgãos públicos ou particulares, deverão apresentar, no ato da inscrição, uma carta de compromisso da entidade liberando-o de suas atividades para se dedicar à realização do curso.

Seção II Da Seleção

Art. 13. A seleção dos candidatos será realizada por uma comissão de 04 (quatro) professores do Colegiado, designados pelo Coordenador do Curso.

Art. 14. Serão adotados os seguintes critérios de seleção:

I. Prova escrita através da análise de texto;

II. Análise do *Curriculum Vitae*;

III. Realização de entrevista.

Art. 15. Os candidatos receberão uma pontuação para cada item da seleção e serão classificados em ordem decrescente, obedecendo à seguinte tabela:

§1º Sob nenhuma hipótese haverá revisão de prova.

TABELA DE PONTUAÇÃO

CONTEÚDO	PONTUAÇÃO	PESO	TOTAL
1. Prova escrita	0 a 10	2	20
2. Entrevista	0 a 20	2	40
3. <i>Curriculum Vitae</i> (total):	0 a 40	1	40
1. Formação acadêmica: Estágios (1 ponto até um máximo de 02 pontos); Aperfeiçoamento (2 pontos); Especialização (4 pontos).	0 a 08	-	-
2. Experiência profissional na área de Política e Gestão Pública (1 ponto por ano até um máximo de 10 anos);	0 a 10	-	-
3. Participação em curso de formação na área de Política e Gestão Pública, com duração mínima de 15 horas (2 pontos por curso até um máximo de 2 cursos);	0 a 4	-	-
4. Participação em projetos de extensão universitária na área de Política e Gestão Pública, aprovados pela instituição (2 pontos por projeto até um máximo de 2 projetos);	0 a 4	-	-
5. Participação em projetos de pesquisa na área de Política e Gestão Pública, aprovada pela instituição (2 pontos até um máximo de 2 projetos);	0 a 4	-	-
6. Apresentação de trabalhos em eventos na área de Política e Gestão Pública (1 ponto até um máximo de 4 eventos);	0 a 4	-	-
7. Publicação na área de Política e Gestão Pública (6 pontos até um máximo de 6 publicações);	0 a 6	-	-
4. Pontuação máxima	-	-	100

**Seção III
Da Matrícula**

Art. 17. Os candidatos classificados na seleção deverão efetuar sua matrícula na Secretaria do Curso, dentro do prazo fixado pela Coordenação.

§ 1º A falta de efetivação da matrícula no prazo fixado implica a desistência do candidato em matricular-se no Curso, bem como a perda de todos os direitos adquiridos pela classificação no processo seletivo.

§ 2º No caso de desistência dos candidatos classificados, a Coordenação poderá convocar outros candidatos inscritos e não classificados para ocupar as vagas existentes, desde que preencham as condições de seleção.

Art. 18. Não será permitido trancamento de matrícula.

CAPÍTULO IV DO REGIME DIDÁTICO

Art. 19. O Curso terá um período de 420 horas de aula, equivalendo a 28 créditos.

§ 1º O Curso será realizado através de aulas teóricas, seminários, palestras e oficinas, objetivando a unidade entre teoria e prática.

§ 2º O Curso terá uma duração de 12 meses, incluindo a ministração das 8 disciplinas, a elaboração e a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, na forma de Monografia.

§ 3º O prazo para conclusão do Curso poderá ser prorrogado pelo Colegiado, por, no máximo, mais 3 meses, nos termos da legislação interna da UFCG.

CAPÍTULO V DA MONOGRAFIA

Art. 20. A monografia de final de Curso terá como objetivo aprofundar e verticalizar algumas das questões relativas aos assuntos estudados durante o Curso.

§ 1º A monografia será realizada sob a orientação de um professor membro do Colegiado do Curso ou aprovado pelo Colegiado do Curso.

§ 2º A monografia será construída durante todo o período do Curso.

§ 3º O aluno terá, no máximo, três meses após a integralização dos créditos, para concluir e defender sua Monografia final, que será submetida à apreciação de uma banca examinadora, constituída pelo Orientador e mais dois docentes membros do Colegiado ou aprovados pelo Colegiado, cabendo à banca examinadora avaliar, aprovando ou não a Monografia.

§ 4º Os conceitos utilizados para a avaliação da Monografia serão:

- a) A = Ótimo (Aprovado com distinção);
- b) B = Bom (Aprovado);
- c) C = Regular;
- d) I = Indeterminado;

e) D = Reprovado.

§ 5º O aluno que receber o conceito "Indeterminado" terá um prazo de, no máximo, 2 meses, para a reformulação da monografia a ser submetida à mesma ou a outra banca examinadora.

§ 6º O aluno que for reprovado na Monografia não terá direito ao Certificado Final de Conclusão do Curso.

CAPÍTULO VI DA VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR

Art. 21. De acordo com as características temáticas das ementas, os docentes definirão a metodologia de ensino e de avaliação mais adequada.

§ 1º Os resultados da avaliação serão expressos por meio de conceitos, de acordo com a seguinte tabela:

CONCEITO	SIGNIFICADO	EQUIVALÊNCIA
A	Ótimo, com direito a crédito	nota de 9 a 10
B	Bom, com direito a crédito	nota de 8 a 8,9
C	Regular, com direito a crédito	nota de 7 a 7,9
D	Reprovado, sem direito a crédito	-

§ 2º Será atribuído conceito "D" ao aluno que:

- a) demonstrar conhecimento deficiente numa disciplina;
- b) não atingir 75% de frequência numa disciplina.

§ 3º O aluno que obtiver conceito "D", em qualquer disciplina, estará automaticamente desligado do Curso.

§ 4º O aluno reprovado terá direito à revisão da avaliação da disciplina cursada, nos termos definidos pela legislação da UFCG.

CAPÍTULO VII DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Art. 22. Será permitido o aproveitamento de estudos realizados pelo aluno nesta ou em outras IES, desde que atendido o exposto na legislação da UFCG .

CAPÍTULO VIII DOS REQUISITOS PARA OBTENÇÃO DO CERTIFICADO

Art. 23. Os certificados serão emitidos pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, acompanhados dos respectivos históricos escolares, dos quais constarão:

I – Currículo do Curso, relacionando-se, para cada disciplina, a sua carga horária, o nome do docente responsável e a respectiva titulação, bem como o conceito obtido pelo aluno;

II – forma de avaliação de aproveitamento adotado;

III – período em que foi ministrado o curso e sua duração total em horas.

Art. 24. Para a obtenção do Certificado de Especialização em Política e Gestão Pública, o aluno deverá ter preenchido os seguintes requisitos:

I – ter frequentado pelo menos 75% das aulas de cada disciplina;

II – ter sido aprovado em todas as disciplinas, conforme os critérios de avaliação estabelecidos;

III – ter integralizado 24 créditos nas disciplinas oferecidas conforme a estrutura curricular;

IV – ter defendido a monografia de fim de curso obtendo, pelo menos, o conceito "C".

Parágrafo único. Em caso de desistência, o aluno poderá solicitar uma declaração a respeito das disciplinas cursadas e nas quais obteve aprovação.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E OU TRANSITÓRIAS

Art. 25. Os casos omissos no presente regulamento serão analisados pelo Colegiado do Curso ou pela Câmara Superior de Pós-Graduação da UFCG.

Art. 26. Este Regulamento passará a normalizar o Curso de Especialização em Política e Gestão Pública após a sua publicação.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA SUPERIOR DE PÓS-GRADUAÇÃO**

(ANEXO II À RESOLUÇÃO Nº 05/2011)

MÓDULOS E EMENTAS DE DISCIPLINAS

MODULO I	
INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA EMENTA: Conceito de Política e o papel da Ciência Política; agenda da Ciência Política contemporânea; conceitos fundamentais: poder, autoridade, legitimação, Estado e governo; origem e função do Estado.	30 h
TEORIA POLÍTICA EMENTA: Elitismo. Comunismo e social-democracia. Neo-institucionalismo; escolha pública; neoliberalismo e seus críticos.	30 h
TEORIA DA ADM PÚBLICA E ÉTICA EMENTA: O planejamento Estratégico Aplicado à gestão pública. Modelos de planejamento governamental e institucional. Conceitos tradicional e moderno do planejamento e orçamento governamental; Fundamentos do Planejamento Participativo. Pressupostos éticos na gestão pública: ética e moral; público e privado. Crise e reforma do Estado; burocracia racional-legal e gerencial. <i>Agency loss</i> entre políticos e burocracia.	30 h
MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA EM CIÊNCIA POLÍTICA EMENTA: Epistemologia; pesquisa científica: conceito, características, métodos e técnicas de pesquisa. A classificação da pesquisa. As etapas da pesquisa científica: problema; formulação de hipóteses; revisão de literatura; definição e operacionalização de variáveis; o delineamento da pesquisa; técnicas de coleta de dados e tratamento de dados (quantitativo e qualitativo); econometria	30 h

aplicada aos objetos da política.	
Sub-total	120 h
MÓDULO II	
TEORIAS DA DEMOCRACIA	30 h
EMENTA: Principais teorias contemporâneas da democracia: a democracia liberal-pluralista – a democracia como método, a poliarquia; a democracia deliberativa; a democracia participativa; o multiculturalismo. Republicanismo cívico. Problemas e condições para a democracia: aspectos institucionais, sociais e culturais. Limites da democracia liberal.	
INSTITUIÇÕES POLÍTICAS BRASILEIRAS	30 h
EMENTA: Formação do Estado Brasileiro; patrimonialismo; presidencialismo; poderes executivo, legislativo e judiciário; partidos e sistema eleitoral. Processo decisório e interação Executivo-Legislativo no Brasil. Poder do executivo na arena legislativa: veto e veto <i>players</i> ; gerenciamento, funcionamento e atribuições do poder Legislativo. <i>Responsiveness</i> , <i>accountability</i> horizontal e os tribunais de contas. Interação Executivo-Legislativo nos municípios brasileiros. Origem, evolução e arranjos institucionais do federalismo brasileiro e suas implicações políticas e sociais. Gastos públicos e <i>responsiveness</i> em nível subnacional no Brasil.	
DEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL	30 h
EMENTA: Rupturas institucionais no Brasil república e autoritarismo; processos de redemocratização; democracia pactuada e delegativa no Brasil; entraves à democracia brasileira pós abertura política e vetor <i>players</i> ; rupturas institucionais e participação política.	
ESTADO E SOCIEDADE	30 h
EMENTA: Abordagens teóricas do Estado na sociedade contemporânea. Estado ampliado e sociedade civil. Estado-nação, soberania e poder político. Dominação, hegemonia e contra-hegemonia. Sociedade civil e grupos de interesse. Estado plurinacionais.	
DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	30 h
EMENTA: Fundamentação Filosófica e Histórica dos Direitos Humanos. Processo de redemocratização, sociedade civil e Políticas Públicas. Princípios Norteadores de Políticas Públicas em Direitos	

Humanos (PNDHs I, II e III). Instrumentos de Promoção, Defesa e garantia dos Direitos Humanos.	
Sub-total	150 h
MÓDULO III (LINHA DE PESQUISA GESTÃO PÚBLICA)	
TEORIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	30 h
EMENTA: Instituições, regras do jogo e seu impacto sobre a governabilidade e governança; O Estado em ação; Arenas decisórias; <i>Policy analysis</i> ; Neo-institucionalismo e políticas públicas; Políticas públicas e sua institucionalização enquanto campo de estudos; enfoque teóricos sobre os processos de Formulação; implementação e avaliação de políticas públicas. <i>Policy Cycle, Policy Networks, Advocacy Coalition, Garbage Can, Multiple Streams</i>	
PLANEJAMENTO E ANÁLISE DE IMPACTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS	30 h
EMENTA: planejamento estratégico; orçamento público, análise de políticas públicas e avaliação das políticas públicas; Metodologia de avaliação de políticas públicas; implicação da avaliação na eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas.	
POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL E SEUS DESDOBRAMENTO EM NÍVEL SUBNACIONAL	30 h
EMENTA: Aprofundamento da crise econômica e social do Brasil contemporâneo. Obsolescência do aparelho de estado e pressões neoliberalismo. Transnacionalização e crise de relevância política do estado-nacao. Formação de decisões governamentais e sua relação com a formação das demandas sociais. Ações governamentais e não governamentais e sua relação com a formação das demandas sociais. Especificidades dos espaços urbanos e dos espaços rurais na formulação das políticas sociais. Formulações e práticas de políticas públicas brasileiras em áreas cruciais tais como; saúde, educação, habitação, bem-estar do menor, distribuição de renda e no campo.	
INTRODUÇÃO AO DIREITO PÚBLICO	30 h
EMENTA: Teoria Geral do Direito. Fontes do Direito. Princípios de Direito. Direito e sociedade. Direito público. Noções. Leis. Constituição. Serviço Público.	
PROJETO DE PESQUISA	30 h
EMENTA: Finalidade de um Projeto de pesquisa; estrutura de um projeto de pesquisa: problema, objetivos, hipóteses, justificativa;	

referencial teórico; metodologia e cronograma; redação do trabalho acadêmico e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); procedimentos norteadores da relação orientando-orientador.	
Sub-total	120 h
MÓDULO III (LINHA DE PESQUISA DEMOCRACIA E SOCIEDADE CIVIL)	
CULTURA E POLÍTICA	30 h
EMENTA: Interseção entre Cultura e Política. Cultura Midiática e Política. A Espetacularização da Política. A criação de Personagens Políticos. A Política da Imagem: Mitos, Ritos e Liturgias. Comportamento Eleitoral e Antropologia do Voto.	
MOVIMENTOS SOCIAIS E REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES	30 h
EMENTA: Movimentos sociais, Estado e governo na América Latina. Representação de interesses, classes e frações de classes nos movimentos e no bloco no poder. Governos “pos-neoliberais”. Teoria e prática dos movimentos sociais. Autonomia e/ou cooptação dos movimentos sociais na América Latina.	
ESTADO E ORGANIZAÇÃO DE INTERESSES	30 h
EMENTA: Modernização e Política. Ação coletiva e grupos de interesse. Pluralismo e neocorporativismo. Ação coletiva, articulação de interesses e formulação de políticas. Análise e avaliação de políticas públicas.	
PROJETO DE PESQUISA	30 h
EMENTA: Finalidade de um Projeto de pesquisa; estrutura de um projeto de pesquisa: problema, objetivos, hipóteses, justificativa; referencial teórico; metodologia e cronograma; redação do trabalho acadêmico e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); procedimentos norteadores da relação orientando-orientador.	
Sub-total	120 h
MÓDULO IV	
ELABORAÇÃO DE MONOGRAFIA	30 h
EMENTA: Pesquisa e elaboração de monografia	
Sub-total	30 h
TOTAL	480 h



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA SUPERIOR DE PÓS-GRADUAÇÃO

(ANEXO III À RESOLUÇÃO Nº 05/2011)

DISCIPLINAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DISC.: INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA

CORTELLA, Mario Sergio & RIBEIRO, Renato Janine (2011). *Política. Para não ser idiota*. Campinas. Papirus.

MARSH, David & STOKER, Gerry (eds.) *Teoría y métodos de la ciencia política*. Madrid: Alianza Editorial. pp. 13-29.

SANTOS, Fabiano (1998). “A política como ciência ou em busca do contingente perdido” in RUA, Maria das Graças & CARVALHO, Maria Izabel Valladão de (orgs) *O estudo da política. Tópicos selecionados*. Brasília: Paralelo 15. pp. 11-22.

SELL, Carlos Eduardo (2006). *Introdução à sociologia política*. Petrópolis, Editora Vozes. pp. 19-50.

ALMOND, Gabriel (1998). “Ciência política: a história da disciplina” in GOODIN, Robert E. & KLINGEMANN, Hans-Dieter (Ed.). *A new handbook of political science*. New York: Oxford University Press. pp. 50-96.

REIS, Elisa Pereira (1998). *Processos e escolhas. Estudos de sociologia política*. Rio de Janeiro: Contracapa. pp. 27-41.

DAHL, Robert. (2001) *Sobre a democracia*. Brasília: Editora da UnB. 230 p.

SORJ, Bernardo (2000). As sete faces da sociedade brasileira in *A nova sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. pp. 11-35.

DANTAS, Humberto e MARTINS JÚNIOR, José Paulo (Orgs). *Introdução à política brasileira*. São Paulo: Paulus. pp. 11-26.

AVELAR, Lúcia & CINTRA, Antônio Octávio (Orgs.). (2004) *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Korad-Adenauer-Stiftung/São Paulo: Editora da Unesp.

DISC.: TEORIA POLÍTICA

ALBERTONI, Ettore A. Doutrina da classe política e teoria das elites. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

BUCHANAN, James.. **The calculus of consent** logical foundations of constitutional democracy . 9. ed. Michigan: The University of Michigan Press, 1983.

GRYNSZPAN, Mario. Ciência, política e trajetórias sociais. Uma sociologia histórica da teoria das elites. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999.

LOWNDS, Vivien. Institucionalismo. In MARSH & STOKER (Ed.) Theory and Methods in Political Science. New York, Palgrave Macmillian, 2002.

MORAES, Reginaldo. Neoliberalismo. De onde vem, para onde vai? São Paulo: Editora SENAC, 2001.

OLSON, MANCUR. A lógica da ação coletiva. São Paulo: Edusp., 1999. 201. p.

PETERS, Guy. El nuevo institucionalismo. Teoría institucional em em ciencia política. Madrid: Alianza Editorial, 1999.

SADER Emir & GENTILI (Org.) Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SPINDEL, Arnaldo. O que é comunismo. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

STIGLER, George J. Teoria da regulação econômica. In: MATTOS, Paulo et al. (Coord.). Regulação econômica e democracia: o debate norte-americano. São Paulo: Ed. 34, 2004. p. 23-48.

WAINWRIGHT, Hilary. Uma resposta ao neoliberalismo. Argumentos para uma nova esquerda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

DISC.: TEORIA DA ADM PÚBLICA E ÉTICA

CHIAVENATO, I. Teoria geral da administração. 6ª Ed. São Paulo: Campus, 1999.

FERNANDES, A. Administração inteligente: novos caminhos para as organizações do século XXI. São Paulo: Futura, 2001.

MAXIMIANO, A.C.A. Introdução a administração. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

RODRIGUES, Carla e SOUZA, Hebert de . Ética e cidadania. São Paulo: Papirus, 2002.

SILVA, Reinaldo Oliveira da. Teorias da Administração. 1ª Ed. São Paulo: Thomson Learning, 2001.

TAYLOR, F.W. Princípios de administração científica. 8ª Ed. São Paulo: Atlas, 1990.

DISC.: MÉTODOS E TÉCNICAS PESQUISA EM CIÊNCIA POLÍTICA

JOHNSON, J. B; REYNOLDS, H.T. Political Science Research Methods. 6ª Ed. Washington: CQ Press, 2008. 613 p.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2007. 225 p.

FACHIN, O. Fundamentos de metodologia. 5ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2006. 210 p.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999. 334 p.

VAN EVERA, S. *Guido to Methods for Students of Political Science*. Ithaca: Cornell University Press. 1997.

DISC.: TEORIAS DEMOCRÁTICAS

MIGUEL, Luiz Felipe. “Teoria democrática atual: esboço de mapeamento”. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*, nº 59, 1º semestre de 2005. Pp. 5-42.

DAHL, Robert. (1997). *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp. Capítulos 1, 2, 3 e 4.

HABERMAS, Jürgen. (2002) “Três modelos normativos de democracia”. In HABERMAS, J. *A inclusão do outro. Estudos de teoria política*. São Paulo: Editora Loyola.

SANTOS, B. V. S. & AVRITZER, Leonardo (Orgs.). (2002). *Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. pp. 39-82.

DAHL, Robert. (2001) *Sobre a democracia*. Brasília: Editora da UnB.

DOWNS, Anthony. (1999). *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp.

LIJPHART, Arend. (2003) *Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Capítulos 1-4 e 16-17, pp. 15-81 e 309-346.

DAHL, Robert (1989) *Um prefácio à teoria democrática*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor.

MACPHERSON, C. B. (1978) *A democracia liberal*. Rio de Janeiro. Zahar Editores.

PATEMAN, Carole (1992) *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HELD, David (1987) *Modelos de democracia*. Belo Horizonte: Paidéia.

OLIVEIRA, Francisco & PAOLI, Maria Célia (Orgs.). (1999) *Os sentidos da democracia*. São Paulo: Editora Vozes/Fapesp.

SOUZA, Jessé (Orgs.). (2001) *Democracia hoje. Novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora da UnB.

PERISSINOTO, Renato & FUKS, Mario (Orgs.) *Democracia. Teoria e prática*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará.

DISC.: INSTITUIÇÕES POLÍTICAS BRASILEIRAS

AVELAR, L.; CINTRA, A. O. Sistema Político Brasileiro: uma Introdução. 2ª ed. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung/Editora da Unesp, 2007.

FIGUEIREDO, A. C. Instituições Política no Controle do Executivo □ Dados. Rio de Janeiro, v. v. 44, n. nº 4, p. 689-721, 2001.

FIGUEIREDO, A. C. & LIMONGI, F. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001. 231. p.

PEREIRA, C. & MUELLER, B. Comportamento estratégico em presidencialismo de coalizão: as relações entre executivo e legislativo na elaboração do orçamento participativo. □ Dados., Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 265-300, 2002

DAROS, Luciano. Poder de decreto e *accountability* horizontal: dinâmica institucional dos três poderes e medidas provisórias no Brasil pós-1988. *Rev. Sociol. Polit.*, Nov 2008, vol.16, no.31, p.143-160. ISSN 0104-4478

MORAES, F. Executivo e Legislativo no Brasil pós-Constituinte. *São Paulo Perspec.*, Dez 2001, vol.15, no.4, p.45-52.

PEREIRA, C.; MUELLER, B. Uma teoria da preponderância do Poder Executivo: o sistema de comissões no Legislativo brasileiro. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Jun 2000, vol.15, no.43, p.45

DISC.: DEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL

COELHO, Vera Schattan P. & NOBRE, Marcos (orgs.). *Participação e deliberação. Teoria democrática e experiência institucional no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora 34.

AMES, Barry. (2003) *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV.

MELO, Carlos Ranulfo, SÁEZ, Manuel Alcántara (Orgs.). (2007) *A democracia brasileira. Balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

MOISÉS, José Álvaro (Org.). (2011) *Democracia e confiança. Por que os cidadãos desconfiam das instituições políticas?* São Paulo: Edusp.

SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves (2001) *Democracia e governo local. Dilemas da reforma municipal no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan.

COSTA, Homero de Oliveira (2007) *Democracia e representação política no Brasil. Uma análise das eleições presidenciais (1989-2002)*. Porto Alegre: Editora Salinas.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves, RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz & AZEVEDO, Sergio (Orgs.). (2004) *Governança democrática e poder local*. Rio de Janeiro: Editora Revan.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de (1997) *instituições políticas democráticas. O segredo da legitimidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

VIANNA, Luiz Werneck (Org.) *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG/Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ.

DISC.: ESTADO E SOCIEDADE

BOBBIO, N. (1987) *Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,

MAQUIAVEL N. (2004) *O príncipe*. São Paulo: Martins Fontes.

MARX, K. (2008). *A guerra civil na França*. In: *A revolução antes da revolução II*. São Paulo: Expressão Popular.

MARX, K; ENGELS, F. (1988) *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Expressão Popular.

GRAMSCI, A. (2007) *Cadernos do Cárcere*. São Paulo: Civilização Brasileira

WEBER, M. (s/d) *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan.

DISC.: DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Anistia Internacional. Relatório(2006) Brasil: “Chegamos para buscar suas almas”: o caveirão e o policiamento no Rio de Janeiro. www.amnesty.org/, 2007.

Anistia Internacional. Relatório(2005) Brasil: “Eles entram atirando”: Policiamento de comunidades socialmente excluídas. www.amnesty.org/, 2006.

Anistia Internacional. Documentos sobre o Brasil. www.amnesty.org/,2007.

ALENCAR, C. Para humanizar o bicho homem. In: ALENCAR, C.(org.) *Direitos mais humanos*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998. p. 17-44.

BENEVIDES, M. V. Cidadania e direitos humanos. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/ Cortez, n. 104, p. 39-46, jul. 1998.

BRASIL.Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília: www.mj.gov.br/sedh/pndh/pndhII/, 2002.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos da Secretaria Especial de Direitos Humanos/Ministério da educação. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília, 2004.

BUCCI, M. P. D et alli. *Direitos humanos e políticas públicas*. São Paulo:Polis, 2001.

CASTRO, R. O de. *Direitos Humanos: conquista e desafios*. Brasília: Letraviva, 1999.

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. Brasília: Senado Federal, 2004.

CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília: Senado Federal, 2004.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO (De 26 de agosto de 1789, prólogo da Constituição Francesa de 1791). <http://www.direitoshumanos.usp.br/>

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS (Aprovada em 10 de dezembro de 1948 em Paris). <http://www.direitoshumanos.usp.br/>

DIREITOS HUMANOS NO BRASIL. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo: <http://www.direitoshumanos.usp.br/>

DIREITOS HUMANOS: DOCUMENTOS INTERNACIONAIS. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2006.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS DOS DIREITOS HUMANOS. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo: <http://www.direitoshumanos.usp.br/>

ESTATUTO DO DESARMAMENTO. Brasília: Senado Federal, 2004. ESTATUTO DO IDOSO. Brasília: Senado Federal, 2004.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA. Brasília: Senado Federal, 2000.

FREITAS, R. B.A.P. A proteção internacional dos Direitos Humanos; limites e perspectivas. In: Direitos Humanos: um debate necessário. s/e, s/l, s/d, p.39-83.

HUMAN RIGHTS WATCH. Resumo sobre a situação dos direitos humanos no Brasil (2006). <http://hrw.org/portuguese/>, 2007.

MIRANDA, N. Por que Direitos Humanos. Belo Horizonte: Autêntica, 2006 (o começo de tudo, p. 31-44, os defensores dos direitos humanos, p.63-74, a história da criança no Brasil ainda está para ser contada, p.87-124)

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA – UNESCO. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo: <http://www.direitoshumanos.usp.br/>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo: <http://www.direitoshumanos.usp.br/>

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO-OIT. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo: <http://www.direitoshumanos.usp.br/>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL – WIPO. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo: <http://www.direitoshumanos.usp.br/>

PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2004.

PROGRAMA NACIONAL ANTI-DROGAS. Brasília: Senado Federal, 2000.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – BRASIL 2005 (racismo, pobreza e violência). Brasília: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: www.pnud.org.br/

RODRIGUEZ, G. S. Os Direitos humanos das mulheres. In:ALENCAR, C. Direitos mais humano.(org.). Rio de Janeiro: Garamond, 1998. p. 89-102.

SAUER, S. Violação dos direitos humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense. Goiânia: CPT; Rio de Janeiro: Justiça Global; Curitiba: Terra de Direitos, 2005.

SIMONIDES, J. Novas dimensões, Obstáculos e desafios para os direitos humanos: observações iniciais. IN: SIMONIDES, J.(Org.). Direitos humanos: novas dimensões e desafios. Brasília; UNESCO Brasil, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003. p. 23-54.

SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo: <http://www.direitoshumanos.usp.br/>

SOARES, L.E. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, R. e VANNUCHI, P. (orgs.). Juventude e Sociedade. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.p. 130-159.

TRATADOS E INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS (ONU). Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo: <http://www.direitoshumanos.usp.br/>

TELLES, V. da S. Direitos Sociais afinal do que se trata? 2 ed. Belo Horizonte: Ed UFMG,2006, p.169-194.

3º RELATÓRIO NACIONAL SOBRE OS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL (2002-2005).São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência da USP/ Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, 2006.

DISC.: PROJETO DE PESQUISA

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 6ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003. 164 p.

GIL, ANTONIO CARLOS. Como elaborar projeto de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas., 2007. 175 p.

GIL, ANTONIO CARLOS. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas., 1999. 206. p. v. 5.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 6ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003. 164 p.

DISC.: TEORIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

ARRETCHE, Marta T.S. Tendências no Estudo sobre Avaliação. In: Elizabeth Melo Rico (org.): Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1998, p. 29-39.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. Políticas Públicas no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. v. 1. 397 p.

KLAUS, F. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, n. 211-259, 2000.

MELO, Marcus André. “Estado, Governo e Políticas Públicas”. In: MICELI, S. (org.). O que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995): Ciência Política. São Paulo/ Brasília: Sumaré/Capes. 1999.

SOUZA, Celina. “Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa”, Caderno CRH 39: 11-24. 2003.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, 16: 20-45, 2006.

FARIA, C.A.P. de. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18(51): 21-30, 2003.

REIS, Elisa. “Reflexões Leigas para a Formulação de uma Agenda de Pesquisa em Políticas Públicas”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 18 (51): 21-30. 2003.

DISC.: PLANEJAMENTO E ANÁLISE DE IMPACTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

BELLONI, I. & MAGALHÃES, H.& SOUSA, L.C. Metodologia de avaliação em políticas públicas – uma experiência em educação profissional □ 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001. 95 p.

CANO, I. Introdução à avaliação de programas sociais □ Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002. 119 p.

FIGUEIREDO, Marcus e FIGUEIREDO, Argelina C. “Avaliação Política e Avaliação de Políticas: Um Quadro de Referência Teórica”, *Revista Fundação João Pinheiro*: 108-129. 1986.

PEREZ, J. R. R. Avaliação do processo de implementação: algumas questões metodológica □ in: RICO, E. M. Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. 3ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001. p. 65-73.

SEIBEL, E.J. & GELINSKI, C.R. O.G. Concepção do Estado e escolha da metodologia de avaliação de políticas públicas. Anais do XII Encontro Nacional de Economia Política. São Paulo, 2007.

DISC.: POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL E SEUS DESDOBRAMENTO EM NÍVEL SUBNACIONAL

ABRUCIO, F. L.; FRANZESE, C. Federalismo e políticas públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil. *In*: ARAÚJO, M. F. I.; BEIRA, L. (Org.). Tópicos de economia paulista para gestores públicos. 1. ed. São Paulo: Edições FUNDAP, 2007, p. 13-31. v.1.

ARRETCHE, M. Financiamento federal e gestão local de políticas sociais: o difícil equilíbrio entre regulação, responsabilidade e autonomia. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 8, n. 2, 2002.

ARRETCHE, M. Estado Federativo e políticas sociais. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, fev. 2003, vol.18, no. 51, p. 21-30. ISSN 0102-6909.

LEITE, C. K. S.; FONSECA, F. Federalismo e políticas públicas: impactos da descentralização nas relações federativas no Brasil – uma proposta de agenda de pesquisa. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31. Caxambu: ANPOCS, 22-26 out. 2007.

REIS, Elisa P. Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, fev. 2003, vol.18, no. 51, p. 11-14. ISSN 0102-6909

DISC.: INTRODUÇÃO AO DIREITO PÚBLICO

DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Saraiva, 2008.

MARTINS, Sergio Pinto. Instituições de Direito Público e Privado. 10 Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

REALE, Miguel. Lições preliminares de Direito. 26 Ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2002.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao estudo do direito. 5 Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 27 Ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2010.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 23 Ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2010.

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado. 18 edição. São Paulo: Método, 2010.

GRAU, Eros Roberto. A ordem Econômica na Constituição de 1988. São Paulo: Malheiros, 2008.

MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo moderno. São Paulo: RT, 2009.

DISC.: CULTURA E POLÍTICA

AVRITZER, Leonardo. Teoria Democrática, Racionalidade e Participação: Uma Crítica Habermasiana ao Elitismo Democrático. Texto apresentado na AMPOCS, Caxambu, MG. Xix Reunião Anual. 33p.

BARROS, Celso F. Rocha. “Juridificação e desjuridificação em Habermas”. In: **Temáticas**, Campinas (SP), 04 (08): 119 -141, jul./dez. 1006.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e Poder: Uma Análise da Mídia**. São Paulo: Perseu, 2006.

COSTA, Sérgio. Esfera Pública. “Redescoberta da Sociedade Civil e movimentos Sociais no Brasil”. In: **Novos Estudos**, n.38. março de 1994.

COSTA, Sergio. “A democracia e dinâmica da esfera pública”. In: **Lua Nova**, n.36, 1995.

COSTA. Sergio. “Contextos de Construção do Espaço Público no Brasil”. In: **Novos Estudos**, n. 47, 1997.

DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **Administração e Liberdade: Um Estudo do Conselho de Escola à Luz da Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

HABERMAS, J. “Mudança Estrutural da Esfera Pública. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa”. Rio: **Tempo Brasileiro**, 1984.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia: entre a facticidade e a validade**. Rio: Tempo Brasileiro, 1997. Especialmente v. II.

REESE-SCHAFFER, Walter. **Compreender Habermas**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001.

TEIXEIRA, Ana C. C. “Pensando as organizações não – governamentais no Brasil a partir da Teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas”. In: **Temas**. n.04 08): 167 – 183, Jul./dez. 1996.

TAVOLARO, Sérgio. “Novos movimentos sociais e o modelo procedimental de democracia de Jürgen Habermas”. In: **Temas**, Campinas (SP), 04 (08): 143 – 166, jul – dez. 1996.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **Sociedade Civil e Participação Cidadã no Poder Local**. Salvador. UFBA, 2000.

DISC.: MOVIMENTOS SOCIAIS E REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AIZICZON, F.; 2009; Zanon: una experiencia de lucha obrera; Buenos Aires: El Fracaso/Herramienta.

FERREIRA, J.; 2010; Comunidad, indigenismo y marxismo. Un debate sobre la cuestión agraria y nacional-indígena en los Andes. El Alto: Palabra Obera.

GOHN, M.; 1997; Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos; São Paulo: Loyola.

LANDER, E. (org.); 2005; A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas; São Paulo: Clacso.

LÖWY, M.; 1999; O marxismo na América Latina. Uma antologia de 1909 aos dias atuais; São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

MARIATEGUI, J.C. 2008. Sete ensaios de interpretação da realidade peruana. São Paulo: Expressão Popular.

DISC.: ESTADO E ORGANIZAÇÃO DE INTERESSES

ALTHUSSER, L. (2007). Aparelhos ideológicos do Estado. São Paulo: Graal.

BORON A.; 2007; Reflexiones sobre el poder, el estado y la revolución. El tema del poder en el pensamiento de la izquierda em América Latina. Córdoba: Espartaco.

GORENDER, J.; (1999); Combate nas Trevas; São Paulo: Ática.

HOLLOWAY J. (2003). Mudar o mundo sem tomar o poder. São Paulo: Bomtempo.

MILIBAND R. Estado na sociedade capitalista. São Paulo: Presença.

POULANTZAS N. (1968) Poder político e classes sociais no capitalismo. São Paulo: s/e.